



**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**PLANO ANUAL DE AUDITORIA (PAA) 2018 E  
PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO  
(PALP) 2018-2021**

**Secretaria de Controle Interno (SCI)**

**Novembro de 2017**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

### 1. Introdução

O Plano Anual de Auditoria (PAA) e o Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP) representam boas práticas, recepcionadas pelo arcabouço regulatório nacional, para a gestão das Secretarias de Controle Interno do Poder Judiciário. Previstos no art. 9º da Resolução CNJ 171, de 1º de março de 2013<sup>1</sup>, os planos devem contemplar as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade atinentes à auditoria, assim como aquelas inerentes ao setor público.

Para fins deste trabalho, foi utilizada definição de Auditoria Interna prevista na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TI 01<sup>2</sup>:

A Auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Esta Secretaria de Controle Interno (SCI) atua de acordo com as melhores práticas de controle interno e determinações do Tribunal de Contas da União (TCU), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Os trabalhos desempenhados pela SCI buscam gerar valor para o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, de forma a potencializar o alcance dos objetivos estratégicos institucionais.

<sup>1</sup> BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 171, de 1º de março de 2013**. Dispõe sobre as normas técnicas de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização nas unidades jurisdicionais vinculadas ao Conselho Nacional de Justiça.

<sup>2</sup> Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Norma NBC TI 01 - Da Auditoria Interna**. Aprovada pela Resolução CFC nº 986, de 21 de novembro de 2003.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

### 2. Objetivo e Fundamentação

O PAA 2018 e o PALP 2018-2021 foram elaborados para apreciação da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região, com vistas a sua aprovação, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 9º da Resolução CNJ nº 171/2013.

Art. 9º Para fins de realização de Auditorias deverá ser elaborado Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), quadrienal, e Plano Anual de Auditoria (PAA), observadas as Normas Brasileiras editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade atinentes à auditoria, assim como aquelas inerentes ao setor público.

§ 1º. Os Planos previstos no caput devem ser submetidos à apreciação e aprovação pelo Presidente do Tribunal ou Conselho, nos seguintes prazos:

I - até 30 de novembro de cada quadriênio, no que se refere ao PALP; e

II - até 30 de novembro de cada ano, no que se refere ao PAA.

### 3. Escopo de Atuação

De acordo com a Consolidação dos Atos da Estrutura Organizacional<sup>3</sup> e com o Ato GP nº 12/2014<sup>4</sup> e alterações, a SCI atua na avaliação de controles internos da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, de pessoal e patrimonial quanto aos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Levou-se em conta neste planejamento, ainda, o modelo das Três Linhas de Defesa, publicado pelo Instituto dos Auditores

<sup>3</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Consolidação dos Atos da Estrutura Organizacional**. Publicada em 15 de setembro de 2016 pelo Ato GP nº 25/2016.

<sup>4</sup> BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. **Ato GP nº 12/2014**. Publicado em 20 de maio de 2014. Altera e regulamenta a estrutura e atividades da Secretaria de Controle Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Internos<sup>5</sup>. Em síntese, pode-se definir o modelo da seguinte maneira:

- a) **1ª linha (áreas de negócio)**: nesta primeira linha os gestores das áreas de negócio são os principais responsáveis pelo gerenciamento dos riscos institucionais e dos controles internos para assegurar o cumprimento dos objetivos operacionais, táticos e estratégicos do Tribunal.
- b) **2ª linha (controles internos, *compliance* e riscos)**: a segunda linha auxilia a definição de direções da Administração e oferece avaliações dos controles internos, do gerenciamento de riscos e da conformidade. Assim, atua como suporte às unidades e aos gestores, com adoção de boas práticas e metodologias aplicadas à governança, gestão de riscos, gestão do programa de integridade e gestão da continuidade.
- c) **3ª linha (auditoria interna)**: os auditores internos fornecem ao órgão de governança e à Alta Administração avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização. A auditoria interna realiza avaliação sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos. Avalia, ainda, a forma como a primeira e a segunda linha de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle (IIA, 2013, p. 5).

---

<sup>5</sup> The Institute of Internal Auditors (IIA). **Declaração de posicionamento do IIA: as três linhas de defesa no gerenciamento eficaz de riscos e controles.** [S.l.: s.n], 2013.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Deste modo, esta SCI realiza trabalhos de acompanhamento da gestão e auditorias a *priori*, concomitante e a *posteriori* com ênfase nos processos administrativos do TRT 2ª Região. O trabalho é realizado em articulação com diversas áreas e unidades do Tribunal.

Além de determinações legais, os processos enfatizados pela Secretaria de Controle Interno contemplam o monitoramento e avaliação dos controles internos, com a promoção de procedimentos de autocontrole a serem incentivados junto às áreas atendidas para o alcance dos objetivos institucionais.

Em vista da não evidência do mapeamento de todos os processos de trabalho das unidades do Tribunal, utilizou-se, para classificação dos temas de auditoria, a categorização de áreas de exame prevista do Plano Anual de Fiscalização do CSJT<sup>6</sup> para o exercício de 2018, qual seja:

1. Gestão Administrativa;
2. Gestão de Tecnologia da Informação;
3. Gestão de Pessoas; e
4. Gestão Imobiliária.

A priorização dos temas levou em consideração as variáveis previstas no art. 12 da Resolução CNJ nº 171/2013:

Art. 12. Na elaboração dos Planos devem ser consideradas as seguintes variáveis:

I - materialidade - representatividade dos valores orçamentários ou recursos financeiros/materiais alocados e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos;

II - relevância - importância do planejamento em relação às ações a serem desenvolvidas;

<sup>6</sup> BRASIL. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. **Ato CSJT.GP.SG nº 333/2017**. Aprova o Plano Anual de Fiscalização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho para o exercício de 2018.



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

III - criticidade - representatividade do quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado; e

IV - risco - possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

Para adequação dos temas de auditoria à estrutura deste Regional, as áreas de exame de auditoria foram desdobradas em: Contábil, Orçamentária, Financeira, Material e Patrimônio, Gestão de Pessoas, Segurança, Operacional, Infraestrutura e Tecnologia da Informação. Após, foram especificados os objetos a serem auditados (Quadro 2 do Apêndice B). Assim, a equipe da SCI avaliou os referidos objetos de auditoria com base na disposição do já citado art. 12 da Resolução CNJ nº 171/2013, com a atribuição de escala<sup>7</sup> de 1 a 5, a fim de estabelecer a ordem de prioridade para realização de auditorias.

Adicionalmente, foram levados em conta critérios de viabilidade (disponibilidade da informação e de recursos) e maturidade (histórico de controles internos implantados e auditorias realizadas).

Em síntese, a avaliação de prioridade das áreas de exame de auditoria resta demonstrada na Figura 1, abaixo.

---

<sup>7</sup> A escala de avaliação foi: 1 - Muito baixa; 2 - Baixa; 3 - Média; 4 - Alta; e 5 - Muito alta.



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Figura 1 - Matriz de prioridade por área de exame de auditoria

<b>Materialidade, relevância criticidade e risco</b>	<b>Tecnologia da Informação</b>	<b>Orçamentária</b> <b>Material e Patrimônio</b> <b>Gestão de Pessoas</b> <b>Operacional</b> <b>Infraestrutura</b>
	<b>Financeira</b> <b>Segurança</b>	<b>Contábil</b>
<b>Viabilidade e baixa maturidade</b>		

Fonte: Secretaria de Controle Interno

Por meio da matriz indicada foi possível verificar, por exemplo, que a área de Tecnologia da Informação apresenta elevada combinação de materialidade, relevância, criticidade e risco, e razoável grau de maturidade. A área de Gestão de Pessoas, por sua vez, apresentou, segundo análise da equipe da SCI e trabalhos anteriores, considerável risco e baixa maturidade.

Ainda que a priorização seja adotada como critério para seleção dos trabalhos, a questão da exigência normativa para auditar determinadas áreas foi considerada com maior peso sobre os critérios de priorização, de modo que temas como Auditoria de Gestão, Auditorias Coordenadas pelo CNJ e pelo CSJT e Programas "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem" foram incluídas nos planejamentos anuais.



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Serão dedicadas cerca de 30 mil horas para os processos de auditoria e atividades de avaliação da conformidade de atos de pessoal, de compras e licitações e de gestão. A referida estimativa contempla demandas legais e outras determinações da Presidência e dos Órgãos de Controle.

Cabe registrar que os produtos da SCI contemplam: relatório de auditoria de gestão que compõe o processo anual de contas; certificados de auditoria e parecer do dirigente do órgão de controle interno; relatórios de auditoria operacional; relatórios de auditoria especial; assessoramento e consultoria aos gestores e à Alta Administração; mapeamento de processos e controles internos, atendimentos especiais ao CSJT; atendimentos ao TCU; auditorias *a priori*; análise de processos de pessoal e de licitação e contratos; e propostas de normatização institucionais.





## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

### **4. Estrutura de Pessoal, Gestão por Competência e Política de Treinamento**

Atualmente a SCI conta com uma equipe de 18 (dezoito) servidores com formação multidisciplinar, considerada adequada para o desempenho de suas atribuições institucionais e que passam por constante atualização. No decorrer de 2018 os servidores participarão de atividades de treinamento e capacitação, presenciais e à distância, estimadas em 40 (quarenta) horas por servidor. Assim, a SCI dedicará, no mínimo, 720 horas para treinamento/capacitação durante o período.

Em 2017 foi elaborado um Plano Anual de Capacitação (PAC) de 2018, contextualizado no Objetivo 4 (Aprimorar a Gestão de Competências na Secretaria) do Plano Tático 2015-2020 desta SCI. O PAC foi aprovado pela Presidência deste Tribunal por meio de r. despacho exarado no Memorando SCI nº 136/2017.

Assim, o PAC 2018 definiu ações para aprimorar as competências definidas. Cumpre destacar, neste trabalho, as competências-chave: Conhecimento Normativo; Contabilidade e Orçamento; Técnicas de Controle Interno e Auditoria; e Tecnologia da Informação.

### **5. Cronograma de Atuação dos Trabalhos em 2018**

A SCI executará auditorias nos processos administrativos de compras, licitações, execuções contratuais e de gestão de pessoas. Cabe reforçar que em 2018 são estimadas horas adicionais para atendimento de ações coordenadas pelo CSJT e pelo CNJ, especialmente aquelas ligadas a recursos descentralizados e governança de Tecnologia da Informação.



## **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

O cronograma proposto para as atividades da SCI está contemplado no Quadro 1 do Apêndice A.

Conforme se verifica do referido Quadro 1, procurou-se enfatizar, nos trabalhos de auditorias para 2018 as avaliações de controles da gestão, operacionais e de risco. A partir de técnicas de levantamento e de apresentação serão obtidos pontos de não-conformidades e recomendações para posterior monitoramento.

### **6. Plano de Auditoria de Longo Prazo (2018-2021)**

Por fim, cabe ressaltar que em linha com a Resolução CNJ nº 171/2013, foram previstas atividades de auditoria interna e acompanhamentos para o PALP (2018-2021), conforme Quadro 2 do Apêndice B.

São Paulo, 24 de novembro de 2017.

Eduardo Antonio Engholm Cardoso  
Diretor da Secretaria de Controle Interno



**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Página em branco



**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**APÊNDICE A – Cronograma do Plano Anual  
de Auditoria de 2018**

**Secretaria de Controle Interno (SCI)**

**Novembro de 2017**



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2018

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco <sup>1</sup>	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Área Responsável <sup>2</sup>	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
1	Auditoria sobre as informações que compõem o Relatório de Gestão (2017)	Normatização de Controle Externo, Administração e Finanças Públicas, Técnicas de Auditoria.	Elevados	Auditoria de Gestão / Auditoria Direta	Avaliar as informações contidas no Relatório de Gestão de 2017. Certificar a regularidade das contas de 2017.	SCI	2/1/2018	30/6/2018	3.508	Secretaria Geral da Presidência e Diretoria Geral da Administração.
2	Serviços de Consultoria à Gestão e Consultas	Administração, Administração Pública, Legislação, Controle Externo, Técnicas de Auditoria.	Moderados	Consultoria (governança, gestão de riscos e controles)	Prestar serviços de consultoria destinados a adicionar valor e aperfeiçoar os processos de governança, gestão de riscos e controle, incluindo orientação, assessoria, facilitação e treinamento.	SCI, CCG, CAUDIT	2/1/2018	28/12/2018	5.292	Unidades Administrativas do Tribunal, Secretaria de Controle Interno
3	Auditoria dos atos de admissão, aposentadoria, pensão abono de permanência.	Legislação, Estatuto do Servidor Público Federal, Direito Previdenciário, Direito Administrativo, Gestão de Pessoas	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar a conformidade dos atos de pessoal. Analisar os controles internos das unidades auditadas a fim de mitigar os riscos de não conformidade.	SCAGP	2/1/2018	28/12/2018	1.764	Secretaria de Gestão de Pessoas
4	Auditoria de conformidade de procedimentos licitatórios e contratos administrativos	Legislação sobre licitações, Planejamento de compras, Recomendações de Órgãos de Controle, Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Analisar a conformidade dos processos licitatórios e contratos administrativos de acordo com a legislação vigente, diretrizes e políticas institucionais e boas práticas aplicáveis.	SECALC	2/1/2018	28/12/2018	3.528	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações e demais unidades demandantes



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2018

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco <sup>1</sup>	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Área Responsável <sup>2</sup>	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
5	Acompanhar e verificar o atendimento do Tribunal às normas e determinações dos Órgãos de Controle (CNJ, CSJT e TCU)	Legislação vigente, Controle Externo e Interno, Técnicas de auditoria	Moderados	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar o atendimento às normas e comandos dos Órgãos de Controle. Analisar os controles das unidades responsáveis por atender os comandos.	CCG, SC	2/1/2018	28/12/2018	1.764	Unidades Administrativas do Tribunal
6	Auditoria sobre a realização de despesas de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com a Lei Orçamentária Anual	Legislação vigente, Contabilidade, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Planejamento, Execução Orçamentária, Técnicas de Auditoria.	Elevados	Auditoria de Gestão, Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles que garantam a não realização de despesas vedadas pela LDO e pela LOA. Verificar a existência de empenho, liquidação e pagamento de despesas em desacordo com a legislação vigente.	SAC	2/5/2018	31/8/2018	1.186	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira e demais áreas demandantes.
7	Auditoria Coordenada pelo CNJ de avaliação da governança, gestão, riscos e controles de TIC	Legislação e normatização sobre assuntos relativos à TIC no Poder Judiciário Federal (TCU, CNJ, TST e CSJT); Governança de TIC (COBIT), Técnicas de Auditoria e de Auditoria de TI.	Moderados	Auditoria de Gestão e Operacional / Auditoria Integrada	Avaliar a governança, gestão, riscos e controles de TIC, de acordo com o escopo a ser estabelecido pelo CNJ.	SAUDIITI	2/5/2018	31/8/2018	1.186	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
8	Auditoria do Programa "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem"	Legislação e Normatização sobre o Controle Externo e Ato Conjunto TST.CSJT nº 18/2016.	Baixos	Auditoria de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles das unidades relativos à destinação de recursos aos Programas "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem".	SAUDIOP	2/5/2018	29/6/2018	284	Secretaria de Saúde



## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2018

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco <sup>1</sup>	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Área Responsável <sup>2</sup>	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
9	Auditoria de avaliação da efetiva utilização dos bens e serviços de TIC custeados com recursos do CSJT	Legislação e Normatização sobre Contratação de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Governança de TIC (COBIT), Gestão de Serviços de TIC (ITIL), Gestão e Fiscalização de Contratos, Gestão de Ativos de TIC, Técnicas de Auditoria e de Auditoria de TI	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Integrada	Avaliar a efetiva utilização dos bens e serviços de TIC custeados com recursos dos orçamentos de 2016 e 2017 do CSJT. Avaliar a correta aplicação dos recursos e gestão dos ativos de TIC.	SAUDIITI	1/6/2018	28/9/2018	1.166	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial.
10	Auditoria sobre os controles de guarda e proteção do acervo de processos judiciais arquivados	Normatização vigente, Administração Judicial, Técnicas de Auditoria	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar os controles de guarda e proteção do acervo de processos judiciais relacionados à garantia da integridade física dos documentos que integram os autos.	SAUDIOP	2/7/2018	28/9/2018	862	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial, Coordenadoria de Gestão do Arquivo

**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO****Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2018**

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco <sup>1</sup>	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Área Responsável <sup>2</sup>	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
11	Auditoria de avaliação do atendimento às Resoluções do CNJ relacionadas à TIC (182, 215)	Legislação e normatização sobre assuntos relativos à TIC no Poder Judiciário Federal (TCU, CNJ, TST e CSJT); Governança de TIC (COBIT). Legislação e Normatização sobre Contratação de Solução de TIC, Governança de TIC (COBIT), Gestão de Serviços de TIC (ITIL), Gestão e Fiscalização de Contratos, Gestão de Ativos de TIC, Técnicas de Auditoria e de Auditoria de TI.	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar o atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação estabelecidas na ENTIC-JUD - Resolução nº 211/2015. Avaliar o atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas às contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação estabelecidas na Resolução nº 182/2013. Avaliar a eficácia dos controles da Governança e da Gestão de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos afetos à segurança da informação, aos serviços judiciais e aos demais ativos de TIC críticos do órgão. Avaliar a eficácia dos controles das contratações de soluções de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos críticos para o órgão. Avaliar as contratações de soluções de TIC nos aspectos relacionados à gestão dos contratos.	SAUDIITI	1/8/2018	30/11/2018	1.186	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações.
12	Auditoria sobre a utilização de respaldo documental na execução orçamentária	Legislação vigente, Contabilidade, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Administração e Gestão, Técnicas de Auditoria.	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles relativos à execução orçamentária no que se refere ao respaldo documental necessário para a realização da despesa. Analisar, por amostragem, a conformidade nos estágios de execução da despesa.	SAC	1/9/2018	30/11/2018	882	Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira e demais áreas demandantes.





## TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Quadro 1 - Cronograma do Plano Anual de Auditoria de 2018

Nº	Descrição Sumária dos Objetos / Elementos	Conhecimentos Específicos	Materialidade, Relevância, Criticidade e Risco <sup>1</sup>	Tipo e Forma	Objetivo(s)/Escopo	Área Responsável <sup>2</sup>	Início	Término	Horas	Áreas Envolvidas
13	Auditoria sobre o benefício Auxílio Transporte	Legislação vigente, Estatuto do Servidor Público Federal, Gestão de Pessoas, Técnicas de Auditoria.	Moderados	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar os controles relativos à concessão e pagamento de auxílio transporte aos servidores do Tribunal.	SAUDIOP	1/9/2018	30/11/2018	882	Secretaria de Gestão de Pessoas
14	Auditoria de Gerenciamento de Problemas e de Incidentes do PJe	Legislação e Normatização sobre o PJe, Governança de TIC (COBIT), Gestão de Serviços de TIC (ITIL), Gestão de Serviços de TIC, Técnicas de Auditoria e de Auditoria de TI.	Baixos	Auditoria Operacional e de Conformidade / Auditoria Direta	Avaliar a eficácia das políticas e procedimentos de gerenciamento de problemas e incidentes do Tribunal relacionados ao Processo Eletrônico Judicial (PJe).	SAUDIITI	1/9/2018	30/11/2018	882	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.
15	Avaliação do monitoramento das auditorias realizadas	Práticas e técnicas de auditoria.	Moderados	Auditoria Operacional / Auditoria Direta	Avaliar o atendimento às recomendações emitidas em auditorias internas. Analisar as evidências apresentadas pelas unidades auditadas com a finalidade de definir o atendimento às recomendações.	CAUDIT, SAC, SAUDIOP, SAUDIITI	2/7/2018	28/09/2018	1294	Secretaria de Controle Interno e áreas auditadas.

<sup>1</sup> Segundo a Resolução CNJ nº 171/2013: "Art. 12. Na elaboração dos Planos devem ser consideradas as seguintes variáveis: I - **materialidade** - representatividade dos valores orçamentários ou recursos financeiros/materiais alocados e/ou do volume de bens e valores efetivamente geridos; II - **relevância** - importância do planejamento em relação às ações a serem desenvolvidas; III - **criticidade** - representatividade do quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a ser controlado; e IV - **risco** - possibilidade de algo acontecer e ter impacto nos objetivos, sendo medido em termos de consequências e probabilidades".

<sup>2</sup> **SCI**: Secretaria de Controles Interno; **CCG**: Coordenadoria de Conformidade da Gestão; **CAUDIT**: Coordenadoria de Auditoria; **SCAGP**: Seção de Controle e Avaliação da Gestão de Pessoas; **SECALC**: Seção de Controle e Avaliação de Licitações e Contratos; **SC**: Seção de Conformidade; **SAC**: Seção de Auditoria Contábil; **SAUDIOP**: Seção de Auditoria Operacional; **SAUDIITI**: Seção de Auditoria de Infraestrutura e Tecnologia da Informação.

Fonte: Secretaria de Controle Interno.



**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**APÊNDICE B - Cronograma do Plano de  
Auditoria de Longo Prazo (PALP) 2018-  
2021**

**Secretaria de Controle Interno (SCI)  
Novembro de 2017**



**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Quadro 2 - Cronograma do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021

Item	Objeto a ser auditado / abordado	2018	2019	2020	2021
1	Acessibilidade			x	
2	Acúmulo de Cargos			x	
3	Ativos de TIC		x		
4	Atos de pessoal (aposentadoria, pensão, admissão e registro)	x	x	x	x
5	Auditoria Coordenada (CNJ, CSJT)	x	x	x	x
6	Auditoria de Gestão	x	x	x	x
7	Benefícios e verbas diversas (Gestão de Pessoas)	x		x	
8	Conformidade das Informações Contábeis (nova contabilidade e sistema de custos)		x		x
9	Contratações de Solução de TIC	x	x	x	x
10	Contratos e licitações	x	x	x	x
11	Controles e operações de material e patrimônio		x		x
12	Desfazimento de bens			x	
13	Diárias e passagens			x	x
14	Execução Orçamentária	x	x	x	x
15	Folha de Pagamento		x		x
16	Gestão da Frota de Veículos		x		x
17	Gestão de guarda e acervo de processos judiciais arquivados	x			x
18	Gestão de Riscos de Infraestrutura		x		x
19	Gestão de Riscos de TIC	x		x	
20	Gestão de Serviços de TIC	x		x	
21	Governança e Gestão de TIC	x	x	x	x
22	Honorários de peritos, tradutores e intérpretes			x	
23	Infraestrutura e redes (TIC)				x
24	Jornada de Trabalho		x		x

**TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

Quadro 2 - Cronograma do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021

Item	Objeto a ser auditado / abordado	2018	2019	2020	2021
25	Manutenção predial		x		x
26	Monitoramento de implementações de recomendações de auditorias internas	x	x	x	x
27	Monitoramento do cumprimento de determinações e recomendações de Órgãos de Controle Externo	x	x	x	x
28	Obras e serviços de engenharia (planejamento, execução e fiscalização)		x	x	x
29	Passivos de Pessoal	x	x	x	x
30	Plano de Obras		x		x
31	Programa "Trabalho Seguro" e "Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem"	x	x	x	x
32	Restos a Pagar		x		x
33	Segurança da Informação (TIC)		x		x
34	Sistemas de TIC			x	
35	Suprimento de Fundos		x		
36	Sustentabilidade (compras e programas)			x	
37	Terceirização de atividades (contratações de mão-de-obra)		x		x
38	Transparência e dados abertos		x		x
39	Vedações LDO e LOA	x		x	

Fonte: Secretaria de Controle Interno